



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
"Casa de Eptácio Pessoa"
Comissão de Constituição, Justiça e Redação

ATA

Divisão de Assistência às
Comissões Permanentes

Aprovado

Presidente

ATA DA 14ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª. LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 04 DE JUNHO DE 2024.

Às nove horas do dia quatro de junho de dois mil e vinte e quatro, no Plenário José Mariz, da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, sob a presidência do deputado Wilson Filho, realizou-se a 14ª reunião ordinária da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Estiveram presentes à Sessão, além do Presidente, os seguintes membros titulares: os deputados Delegado Wallber Virgolino, João Gonçalves, e as deputadas Lucinha Lima e Camila Toscano. Acompanhando a presente reunião a deputada Cida Ramos. "Invocando a proteção de Deus e, em nome do povo paraibano," o Senhor Presidente declarou aberta a presente reunião e convidou o deputado João Gonçalves para secretariar os trabalhos, concedendo-lhe a palavra para que fosse lido o ato de convocação da reunião, publicado oficialmente no dia 29 de maio de 2024, e lida a ata da 13ª reunião ordinária da CCJR, ocorrida no dia 14 de maio do corrente ano. Depois, o Presidente a colocou em discussão e votação, ocasião em que foi aprovada sem restrições, sem discussões e por unanimidade. Após tais procedimentos e registros, os membros da Comissão apreciaram os seguintes itens da pauta: item A – Matérias Prejudicadas em Conformidade com o Art. 163, Da Resolução 1.578/2012 (Regimento Interno). Na ocasião,



para fins de registro em ata, o presidente procedeu à leitura dos seguintes itens: 1794/2024 - Do Deputado Eduardo Carneiro - Institui o Programa de Odontologia Preventiva nas Escolas Estaduais e dá outras providências. Matéria prejudicada pelas Leis nº 13.161/2024 E 6.539/1997 1807/2024 – Do Deputado Wallber Virgolino - Dispõe sobre a blindagem de viaturas operacionais dos órgãos de segurança pública no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei Ordinária nº 188/2023. 1810/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Concede isenção de pagamento de taxas de serviços cobrados pelo Departamento Estadual de Trânsito da Paraíba, incidentes no ato da renovação, adição ou alteração de categoria da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, dos Policiais Civis, Militares, Bombeiros Militares, Policiais Penais e Agentes Socioeducativos. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 934/2023. 1811/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Reconhece o Município de Serra da Raiz como de Interesse Turístico, e Inclui o mesmo na rota cultural “Caminhos do Frio” de eventos no Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelas Leis nº 11.478/2019 e nº 10.594/2015. 1812/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Estabelece sobre a fixação de placa informativa que divulga o número de telefones úteis nos estabelecimentos de ensino público e privado e dá outras providências. Matéria prejudicada pelo Projeto de Lei nº 939/2023. 1816/2024 - Da Deputada Dr^a Paula - Dispõe sobre a vedação e nomeação de bens e logradouros públicos com nome de pessoas condenadas por crimes de violência contra a mulher no Estado da Paraíba e dá outras providências. Matéria prejudicada pela Lei nº 9.817/2012. 1818/2024 - Do Deputado Anderson Monteiro - Dispõe sobre a proibição da utilização de smartphones em salas de aula para fins não pedagógicos no Estado da Paraíba. Matéria prejudicada pelas Leis nº 8.949/2009 e nº 6.685/1998. 1822/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Determina que o protocolo de combate ao feminicídio e a de enfrentamento da violência contra a mulher seja distribuído ou disponibilizado para todas as escolas públicas na forma que especifica, no Estado da Paraíba. Prejudicado pelo Projeto de Lei nº 392/2023. 1823/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Dispõe sobre o uso e validação de títulos pelo tempo de serviço público das Forças Armadas para fins de pontuar e



desempatar em concursos públicos na área de segurança pública no Estado da Paraíba. 1824/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Dispõe sobre a desocupação de propriedades privadas ocupadas por invasores, no âmbito do Estado da Paraíba. Prejudicado pelo Projeto de Lei nº 310/2023, considerado inconstitucional ao tratar da mesma matéria. 1825/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Dispõe sobre o acompanhamento psicológico para mulheres vítimas de violência no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. Prejudicado pelo Projeto de Lei nº 3691/2022, considerado inconstitucional ao tratar da mesma matéria. A.1 Matérias Sujeitas a Despacho do Presidente da Ccjr: 1819/2024 - Do Deputado Anderson Monteiro - Autoriza o Poder Executivo a criar programas de qualificação e requalificação profissional às pessoas com idade igual ou superior a 40 (quarenta) anos, no estado da Paraíba. - Pela Inconstitucionalidade e Injuridicidade da matéria, de acordo com a decisão colegiada nº 002/2023, da CCJR – “Dispõe sobre a tramitação de projetos de lei autorizativos, e dá outras providências”. Em seguida, os deputados apreciaram as seguintes matérias: item B – Medidas Provisórias N°s: 334/2024 - Do Governador do Estado - Concede remissão e anistia dos créditos tributários relativos ao ICMS decorrentes da utilização equivocada do benefício previsto no Decreto Estadual nº 24.432/03, que dispõe sobre a concessão de Regime Especial de Tributação às indústrias de redes e produtos similares, nas condições que especifica. A Relatoria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Admissibilidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 335/2024 – Do Governador do Estado - Altera as Leis nº 13.259, de 21 de maio de 2024, que estabelece a remuneração dos integrantes do Grupo Ocupacional de Servidores Fiscais Tributários (SFT) do estado da Paraíba; e nº 8.427, de 10 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do Grupo Ocupacional de Servidores Fiscais Tributários (SFT) do estado da Paraíba. A Relatoria foi da deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Admissibilidade da



matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade. Item C – Vetos N°s: 85/2023 – Do Governador do Estado - Veto Total ao Projeto de Lei n° 761/2023, de autoria do Deputado George Morais, que "Instituí a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis de Pequeno Porte no Estado da Paraíba e de outras providências". Pedido de vistas concedido ao deputado João Gonçalves; 100/2024 – Do Governador do Estado - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei n° 440/2023, de autoria do Deputado Adriano Galdino, "Declara Área de Proteção Ambiental (APA) a porção territorial do Estado da Paraíba onde está localizada a "Serra do Padre Bento", compreendida entre os municípios de Pocinhos e Montadas". A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que nenhum deputado usou da palavra; em seguida, o Parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade; 115/2024 – Do Governador do Estado - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei 795/2023 de autoria do Deputado Nilson Lacerda, que "Dispõe sobre a inclusão da Batata Doce no cardápio da merenda escolar da rede pública de ensino do estado da Paraíba, e dá outras providências". A Relatoria da matéria foi do Deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que, divergindo do posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela derrubada do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que nenhum deputado usou da palavra; em seguida, o Parecer foi colocado em votação; a deputada Camila Toscano acompanhou o voto do relator, mas o Parecer foi rejeitado por maioria, com votos contrários dos deputados João Gonçalves e Wilson Filho e da deputada Lucinha Lima; 117/2024 – Do Governador do Estado - Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei n° 1309/2023 de autoria do Deputado Eduardo Carneiro, que "Estabelece diretrizes para a Promoção de Educação Inclusiva e Desenvolvimento de Talentos para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação nas escolas do Estado". A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, relatora



substituta, que, divergindo do posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela derrubada do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que nenhum deputado usou da palavra; em seguida, o Parecer foi colocado em votação; o deputado Wallber Virgolino acompanhou o voto da relatora, mas o Parecer foi rejeitado por maioria, com votos contrários dos deputados João Gonçalves e Wilson Filho e da deputada Lucinha Lima; 155/2024 - Do Governador do Estado - Veto Parcial ao Projeto de Lei de Conversão nº 02/2024 (Medida Provisória 333/2024), de autoria do Poder Executivo, que "Estabelece a remuneração dos integrantes do Grupo Ocupacional de Servidores Fiscais Tributários (SFT) do Estado da Paraíba e altera a Lei nº 8.427, de 10 de dezembro de 2007, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do Grupo Ocupacional de Servidores Fiscais Tributários do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela manutenção do veto. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que nenhum deputado usou da palavra; em seguida, o Parecer foi colocado em votação e aprovado por maioria, com votos contrários dos deputados João Gonçalves e da deputada Camila Toscano. Item D – Projetos de Lei Ordinária N°s: 1777/2024 - Da Deputada Cida Ramos - Declara a Personagem de Quadrinhos Maria como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1791/2024 - Do Deputado Eduardo Carneiro - Institui o “Dia Estadual das Energias Limpas” no Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1792/2024 - Do Deputado Eduardo Carneiro -



Institui “A semana Estadual do Setor Têxtil” no Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Wallber Virgolino, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1793/2024 - Do Deputado Eduardo Carneiro - Institui a Semana de Conscientização do Transtorno do Desenvolvimento da Linguagem (TDL). A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com apresentação de emenda supressiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1795/2024 - Da Deputada Silvia Benjamin - Projeto de Lei que dispõe sobre a garantia do benefício do programa de habilitação social aos aprovados, de baixa renda, em concursos públicos na Paraíba, quando o edital exigir a carteira nacional de habilitação (CNH) e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela Inconstitucionalidade e Injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1797/2024 - Do Deputado Sargento Neto - Confere livre acesso em eventos públicos e privados aos agentes ou comissários de proteção da infância e adolescência, no âmbito do estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Wallber Virgolino, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda modificativa. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi rejeitado por maioria; 1800/2024 - Do Deputado Luciano Cartaxo - Dispõe sobre a implementação de medidas de prevenção da dengue nas escolas da rede pública e privada na Paraíba e dá outras providências. A Relatoria da



matéria foi da Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda supressiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1801/2024 - Da Deputada Silvia Benjamin - Projeto de Lei que dispõe sobre a Criação do Programa de Cirurgia Plástica Reparadora para Vítimas de Violência contra a Mulher do Estado da Paraíba e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado João Gonçalves, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela injuridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1802/2024 - Do Deputado Fabio Ramalho - Dispõe sobre a obrigatoriedade da afixação de cartazes ilustrativos sobre o método pré-hospitalar denominado “manobra de Heimlich”, nas instituições públicas e privadas de ensino do estado da Paraíba, e nos estabelecimentos que comercializam alimentos para consumo no local. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, relatora substituta, que, divergindo do posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1804/2024 - Do Deputado Sargento Neto - Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do teste para o vírus htlv nos exames de pré-natal para gestantes no âmbito do estado da Paraíba e estabelece outras providências. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1808/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Dispõe sobre as medidas protetivas de urgência e estabelece que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a



aplicação da Lei Maria da Penha, no âmbito do estado da Paraíba. Pedido de vistas concedido à deputada Camila Toscano; 1809/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Dispões sobre a destinação de bens, valores e direitos oriundos de ilícitos penais relacionados aos crimes de lavagem de capital para órgãos da Polícia Civil. Pedido de vistas concedido ao deputado João Gonçalves; 1814/2024 - Do Deputado George Morais - Reconhece a "Irmandade de Nossa Senhora do Rosário" no município de Santa Luzia – PB, como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi do Deputado Wallber Virgolino, relator substituto, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade; 1815/2024 - Da Deputada Silvia Benjamin - Projeto de Lei que institui o Programa de Democratização de Imóveis do Estado da Paraíba e dispõe sobre sua gestão e destinação e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1817/2024 - Do Deputado Anderson Monteiro - Institui, no âmbito do Estado da Paraíba, o Disque Autismo. Pedido de vistas concedido ao deputado João Gonçalves; 1820/2024 - Do Deputado Wallber Virgolino - Dispõe sobre a realização de exames na rede pública de saúde para os aprovados em concursos públicos, no âmbito do Estado da Paraíba. Pedido de vistas concedido à deputada Camila Toscano; 1904/2024 – Do Deputado Chico Mendes - Concede o título de cidadã paraibana à doutora Maria Mônica Paulino do Nascimento, pelos relevantes serviços prestados ao estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, relatora substituta, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi



colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade; 1986/2024 - Do
Deputado Michel Henrique - Reconhece de Utilidade Pública a “Associação
Comunitária Vila Produtiva Rural VPR Lafayette” e adota outras
providências. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que,
segundo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer
pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi
colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em
seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por
unanimidade; 2105/2024 - Do Deputado Michel Henrique - Concede o Título
de Cidadão Paraibano a Senhora Teresa Cristina Fontes Queiroga. A Relatoria
da matéria foi do Deputado Wallber Virgolino, que, seguindo o
posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela
constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em
discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o
Parecer foi colocado em votação e aprovado por unanimidade; 2133/2024 -
Do Deputado Michel Henrique - Dispõe Sobre a de Impressão do Calendário
Oficial de Vacinação para Crianças e Adolescentes na Contracapa dos
Cadernos Distribuídos Gratuitamente aos alunos do ensino fundamental das
escolas públicas estaduais do Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da
Deputada Camila Toscano, que, seguindo o posicionamento adotado pela
consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade
da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em
que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em
votação e este foi aprovado por unanimidade; 2277/2024 - Do Deputado
Chico Mendes - Dá nova denominação ao prédio onde funciona a 2ª
superintendência de Polícia Civil da Paraíba, localizado na cidade de Campina
Grande. Pedido de vistas concedido ao deputado João Gonçalves; 2300/2024 –
Do Deputado Wilson Filho – cria o Estatuto da Pessoa com Fibromialgia no
Estado da Paraíba. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano,
relatora substitua, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da
Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria, com
apresentação de emenda supressiva. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em
discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o



Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade;

2325/2024 – Deputada Lucinha Lima – Estabelece cota mínima para pessoas com deficiência e/ou idosa, comprovadamente carentes, nos empreendimentos habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos no Estado da Paraíba e dá outras providências. Pedido de vistas concedido ao deputado João Gonçalves;

2326/2024 - Da Deputada Lucinha Lima - Dispõe sobre a inclusão do tema “Estatuto do Idoso” como conteúdo transversal no currículo escolar das escolas públicas no Estado da Paraíba e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi da Deputada Camila Toscano, relatora substitua, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela inconstitucionalidade da matéria Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade;

2365/2024 - Do Deputado Branco Mendes - Altera o Art. 2º e o Caput do Art. 5º, assim como Acrescenta o Art. 2º - A da Lei 10.161 De 25 de novembro de 2013, que Disciplina Sobre a Criação e a Circulação de Animais de Grande e Médio Porte em Estado de Soltura nas propriedades localizadas em faixas de domínio das Rodovias do Estado da Paraíba, e dá outras Providências. Pedido de vistas concedidos ao deputado João Gonçalves;

2367/2024 - DO Deputado Wilson Filho - Denomina de “Prefeito José Ribeiro da Silva” a “Ponte do Abacaxi” Localizada na Pb 067 Na Região do Vale do Mamanguape. A Relatoria da matéria foi da Deputada Lucinha Lima, que, seguindo o posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e este foi aprovado por unanimidade;

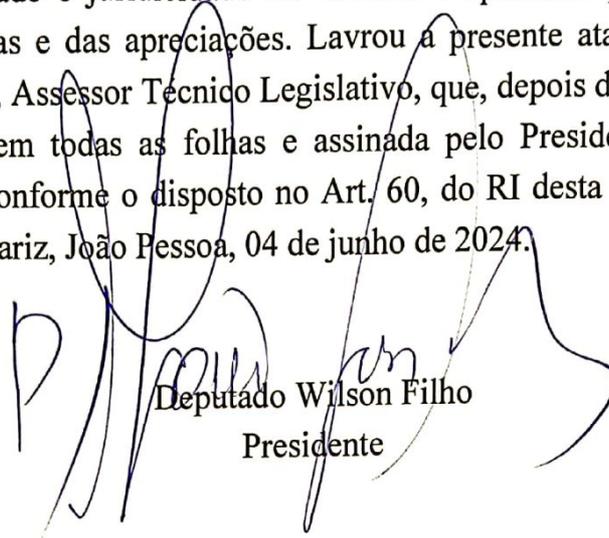
2424/2024 - Da Deputada Lucinha Lima - Dispõe sobre a obrigatoriedade da realização do “teste do olhinho” nos recém-nascidos no Estado da Paraíba e dá outras providências. A Relatoria da matéria foi do Deputado Wallber Virgolino, que, divergindo do posicionamento adotado pela consultoria da Casa, proferiu Parecer pela constitucionalidade e juridicidade. Ato contínuo, o Parecer foi colocado em discussão, ocasião em que não houve quem quisesse discutir. Em seguida, o Parecer foi colocado em votação e



aprovado por maioria, com votos contrários dos deputados João Gonçalves e Wilson Filho. Item E - Projetos de Resolução. Na ocasião, o presidente acatou a sugestão do deputado Wallber Virgolino para que as matérias constantes no item fossem votadas em bloco e nomeou a deputada Lucinha Lima como relatora para todos os projetos, a qual proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade de todas as matérias. Os projetos de resolução foram: PRE nº. 243/2024 – Da Mesa Diretora - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da Assembleia Legislativa da Paraíba; PRE nº. 244/2024 – Da Mesa Diretora - Regulamenta o artigo 20 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o enquadramento dos bens de consumo a serem adquiridos para suprir as necessidades da Assembleia Legislativa da Paraíba nas categorias de qualidade comum e de luxo; PRE nº. 88/2023 – Do Deputado Chico Mendes - Dispõe sobre a concessão da medalha Epitácio Pessoa ao senhor Mauricio Araújo de Sousa, cartunista e escritor brasileiro, pelos relevantes serviços prestados ao estado da Paraíba; PRE nº. 175/2024 - Do Deputado Chico Mendes - Dispõe sobre a concessão da medalha Epitácio Pessoa ao senhor Zenildo Rodrigues de Oliveira; PRE nº. 216/2024 - DA DEPUTADA CIDA RAMOS - Institui a “Medalha de Mérito pela Promoção da Acessibilidade e Inclusão Francisco de Assis Izidoro” na Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba; PRE nº. 217/2024 - Dispõe sobre a concessão da medalha Padre Inácio de Sousa Rolim – Padre Rolim” à professora doutora Mariana Moreira Neto, e dá outras providências; PRE nº. 222/2024 - Do Deputado Michel Henrique - Concede a Comenda Talento Esportivo Desportista Genival Leal de Menezes ao atleta e professor Doutor Francisco Martins; PRE nº. 229/2024 - Do Deputado Dr. Romualdo - Concede a Medalha Augusto dos Anjos a senhora Adma Guilhermina de Andrade, cantora e compositora Paraibana; PRE nº. 241/2024 - Deputado Adriano Galdino - Concede a Medalha de Mérito Jurídico Tarcísio de Miranda Burity ao Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado da Paraíba, Doutor Francisco Glauberto Bezerra, em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados à justiça, à sociedade paraibana e a República Federativa do Brasil. Após a votação do item E, foi incluído o



projeto de lei nº. 2.279/2024 – Da Deputada Cida Ramos. Foi designada como relatora especial a deputada Lucinha Lima, que proferiu parecer pela constitucionalidade e juridicidade da matéria e aprovado por unanimidade. Fim das matérias e das apreciações. Lavrou a presente ata o redator Tiago Carvalho Farias, Assessor Técnico Legislativo, que, depois de lida e aprovada, será rubricada em todas as folhas e assinada pelo Presidente, o Deputado Wilson Filho, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. Plenário José Mariz, João Pessoa, 04 de junho de 2024.



Deputado Wilson Filho
Presidente